



Heloísa Apolónia

Candidata à Presidência
da Câmara Municipal de Oeiras

Daniel Branco

Cabeça de lista
Assembleia Municipal de Oeiras

«... Assumo o compromisso de trabalhar, enquanto Presidente da Câmara, com exigência e com rigor, potenciando o que o concelho de Oeiras tem de bom e lançando mãos ao trabalho para o muito que importa realizar.

Nesse sentido, proponho-lhe que, juntos, possamos trilhar um caminho que faça de Oeiras um município de referência e de excelência, pela sua credibilidade, pela qualidade de vida das suas gentes e pelo ordenamento do seu território.

O compromisso da CDU é **marcar a diferença**, para fazer mais e melhor pelo concelho de Oeiras.

Maio '17 - Heloísa Apolónia
Extrato da "Carta aos Munícipes"



Apoio a CDU por uma razão muito simples – é a única candidatura que tem um Projeto de bem-estar e de felicidade para as pessoas, em que estas são chamadas a dizer o que querem, como querem e quando querem.

É um Projeto assente nos valores de Abril, centrado nas pessoas e aberto à sua participação, que está focado no desenvolvimento e valorização das nossas gentes, na resolução dos problemas que as afetam e na exaltante e incessante busca da sua felicidade e bem-estar. É o Projeto que marca a diferença - é um Projeto de mudança, de futuro e de esperança.

Conheço bem os candidatos da CDU. O excelente trabalho que têm desenvolvido nas mais diversas causas de interesse público em que se têm empenhado, constitui, por um lado, um compromisso de luta, por uma vida melhor para todos, e, ao mesmo tempo, dá inequívocas garantias de TRABALHO, HONESTIDADE E COMPETÊNCIA, para prosseguir o Projeto CDU.

Por isso, apoio e tenho muita honra em ser o mandatário das candidaturas CDU.

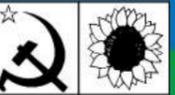
Julho'17 - Amílcar Silva Campos

AUTARQUIAS
2017

CDU OEIRAS

MARCAR A DIFERENÇA

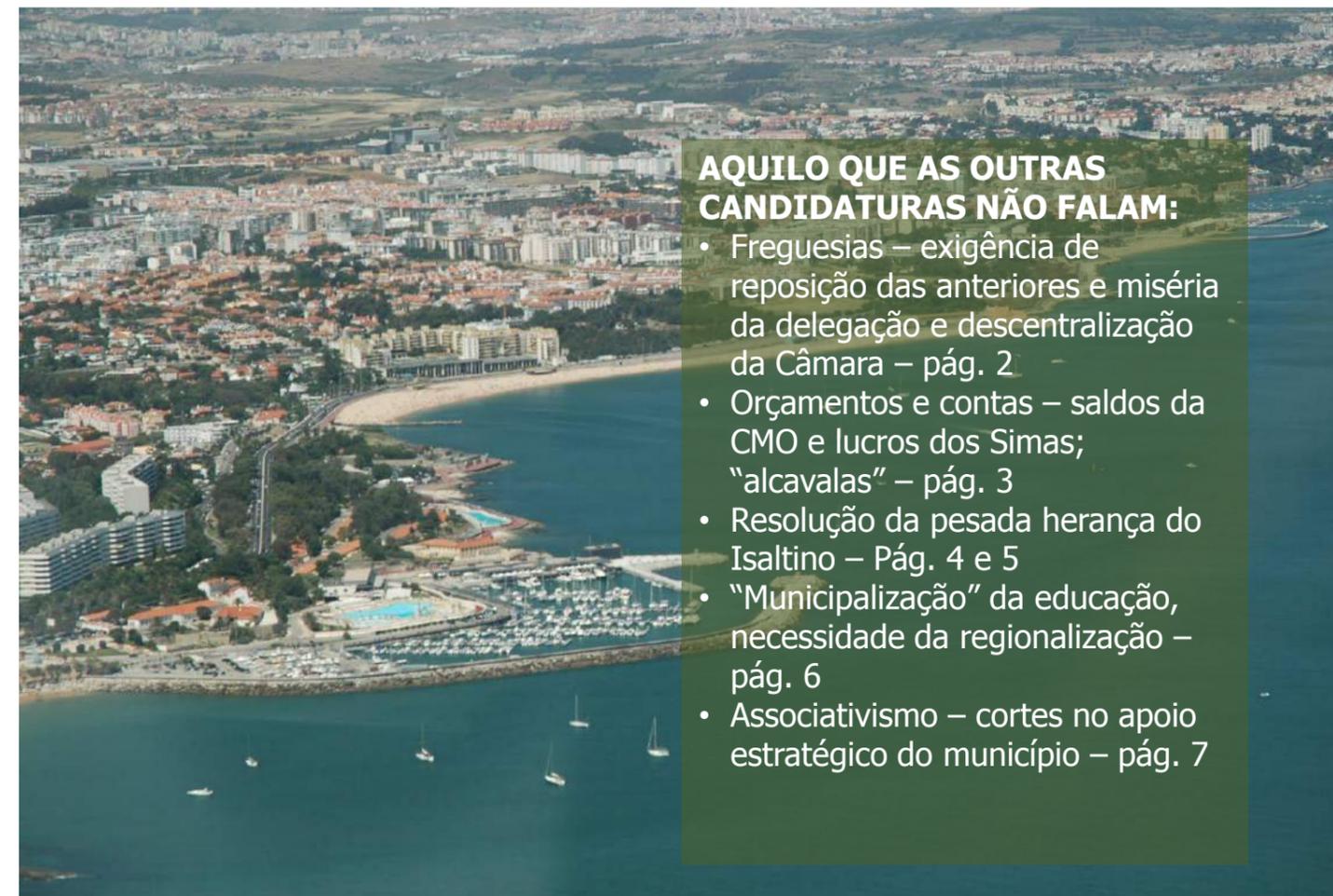
PCP - PEV



Julho 2017

Desde Maio tem vindo a CDU a editar folhas temáticas, situando e tratando temas que julgamos constituírem o conjunto dos principais anseios e preocupações da população do nosso Município. Nas ruas, não nos limitamos à sua distribuição, antes procuramos ouvir o que as pessoas pensam sobre: "A Economia Local"; "Os Transportes"; "A Demografia e a Habitação"; "A Educação, Uma Prioridade"; "Ambiente e Orla Ribeirinha"; "Os Trabalhadores do Município". Sobre essas questões, muitas das outras candidaturas ainda não terão as suas listas de candidatos constituídas, mas já anunciam propostas...

Nós, CDU, marcamos a diferença e as nossas propostas resultarão da discussão desse imenso coletivo que são os nossos candidatos. As nossas propostas resultarão dos contributos dados por todos, refletindo sobre coisas que os outros não falam...



AQUILO QUE AS OUTRAS CANDIDATURAS NÃO FALAM:

- Freguesias – exigência de reposição das anteriores e miséria da delegação e descentralização da Câmara – pág. 2
- Orçamentos e contas – saldos da CMO e lucros dos Simas; "alcavalas" – pág. 3
- Resolução da pesada herança do Isaltino – Pág. 4 e 5
- "Municipalização" da educação, necessidade da regionalização – pág. 6
- Associativismo – cortes no apoio estratégico do município – pág. 7



A LEI DO GOVERNO PSD/CDS VAI MANTER-SE NO PRÓXIMO MANDATO E OEIRAS NÃO VAI REGRESSAR ÀS ANTIGAS 10 FREGUESIAS

No fim do mandato anterior, por via de uma lei absurda do Governo PSD/CDS, tivemos a redução do número total de freguesias de dez para cinco. Ficámos confrontados com "agrupamentos", alguns de mais de 50 000 residentes e com um maior afastamento entre eleitos e eleitores. Por proposta da CDU na Assembleia Municipal, foi constituída uma comissão para análise desta situação. Tendo a mesma sido presidida pelo eleito da CDU Carlos Coutinho, terminou o seu trabalho, concluindo, unanimemente, pela urgente necessidade de serem repostas as freguesias anteriores.



A degradação do equipamento urbano é consequência da incapacidade da autarquia gerir um território imenso sem serviços de proximidade

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou uma proposta de nível nacional sobre esta matéria na Assembleia da República, não tendo a mesma sido aprovada por responsabilidade do PS, que invocou a necessidade de mais tempo para adiar a resolução do problema.

Pela nossa parte continuaremos a lutar pela reposição das freguesias.

A MISERÁVEL DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E RECURSOS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS FREGUESIAS

A Câmara Municipal de Oeiras é, de todas as 18 da Área Metropolitana de Lisboa, a que trata pior as freguesias.

Em 2015 foram orçamentados apenas 0,86% do total do orçamento municipal para as nossas freguesias, o que, significando cerca de um milhão de euros.

O município que ficou mais próximo foi o de Mafra, muito menos dotado de meios financeiros do que nós, mas que destinou às suas freguesias 2,91% do seu orçamento, perto de milhão e meio de euros. Para além da grave irregularidade cometida no não cumprimento da lei, ainda se acumularam erros e situações de um absurdo

total, como, por exemplo, o que ocorre com o pessoal para limpeza e varrição das ruas.

A lei diz que estas funções são atribuídas às Juntas de Freguesia.

Em Oeiras, a maioria IOMAF/PSD decidiu passar aos "bocadinhos", tendo criado "cantões" nas diversas freguesias, ficando a Câmara com uns e as Juntas com outros. Mas, para as Juntas foi também a Câmara que admitiu o pessoal que, posteriormente, pôs ao serviço das Juntas. O absurdo é que, para as mesmas funções, em "cantões" diferentes, o pessoal da Câmara tem direito a leite diário e a subsídio de turno, mas o que está nas Juntas não tem...

O cumprimento da Lei e a dignificação das Freguesias continuarão a ser as componentes essenciais do projeto autárquico da CDU.

... e para dignificar as Freguesias será também necessário acabar com as trapalhadas contabilísticas e processuais. No caso de Barcarena, cheques passados ao portador e cerca de 12 000 euros pagos sem contrapartida da fatura levou a Assembleia de Freguesia a rejeitar as contas de 2016, por proposta da CDU está em curso uma auditoria externa.

No caso da União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, num processo que se arrasta há três mandatos (e que se encontra a ser investigado pelo Ministério Público) a CDU, que preside a uma comissão eleita por unanimidade, já fez compensar o erário público em cerca de 250 mil euros.

No caso da União de Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, foi realizada uma auditoria externa e o executivo viu-se confrontado com conclusões que nada abonam este mandato.

Continuação da página anterior)



A CDU tem continuado a apoiar o esforço feito pelo Município, mesmo no sentido de garantir a todas as corporações de bombeiros um núcleo permanente de bombeiros profissionalizados, sempre disponível para responder a todas as ocorrências que se possam registar.

Defendemos o incremento da participação municipal no apoio e no diálogo permanente com as associações e coletividades, para darmos mais força ao desenvolvimento do seu enorme potencial de melhoria das vivências culturais, desportivas e recreativas das nossas localidades.

"MUNICIPALIZAÇÃO" DA EDUCAÇÃO, NECESSIDADE DA REGIONALIZAÇÃO

Oeiras foi uma das poucas Câmaras (pouco mais de uma dezena em todo o país) que embarcou na manobra do anterior governo de ficar com os encargos das escolas e do pessoal não docente dos primeiros ciclos e do secundário do ensino público.

A CDU promoveu um Encontro Debate sobre esta matéria em 7 de Novembro de 2014, tendo concluído:

- Não existir possibilidade de conciliar esta solução sem que a mesma seja universalizada e sem que exista a indispensável regionalização administrativa do continente;
- Não estarmos de acordo com qualquer manobra que vise reduzir responsabilidades de Estado;
- Necessidade de garantir os meios financeiros, técnicos e em pessoal para se executarem todas as responsabilidades com melhoria dos serviços prestados.

Em janeiro de 2015 voltámos a debater publicamente o tema e temos acompanhado, de perto, o decorrer deste processo, tendo motivado uma discussão coletiva sobre o mesmo na Assembleia Municipal, em sessão extraordinária realizada na Escola Secundária Luís de Freitas Branco em Setembro de 2016.

Com a "experiência" que está em curso, a Câmara municipal viu o seu pessoal passar de cerca de 1 700 trabalhadores para mais de 2 300, e a sua despesa com pessoal de cerca de 38 milhões de euros para 48 milhões, o que significou um aumento de 17,2%.

Por razões que já vêm de períodos anteriores, excetuam-se do quadro redutor apresentado na página anterior o que têm sido os apoios às sete corporações de Bombeiros Voluntários existentes em Oeiras.

Para estas associações tem-se vindo a aumentar regularmente os subsídios atribuídos, que passaram de 1,239 milhões de euros em 2013 para 1,708 milhões de euros em 2016.

Durante os quatro anos deste período inicial, compete ao Ministério da Educação transferir para o município estes 10 milhões de euros para o pagamento ao pessoal.

Mas, como irá ser no futuro? Pode-se avançar, desde já, que os milhões necessários para reabilitar as várias escolas do concelho estão pedidos há mais de um ano, sem que, até hoje, tenha havido resposta positiva...



Depois de em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 ter tido a iniciativa de promover debates públicos sobre o tema, em Setembro de 2016 a CDU propôs que o debate fosse feito em Assembleia Municipal Extraordinária.

Foi consensual o mérito desta iniciativa. O debate confirmou as nossas preocupações. Ficou documentado o sentimento de impunidade com que o executivo encarava os custos de incompetências (p.e. conceção ou construção de equipamentos escolares ...).





ASSOCIATIVISMO

A Câmara Municipal de Oeiras tem vindo, desde 2008, a reduzir os apoios às associações e coletividades de cultura, desporto e recreio.

O argumento utilizado é o da redução das receitas da Câmara e a situação de crise em que temos vivido.

Mas, a verdade é que, as receitas do Município cresceram 11,2% entre 2010 e 2014, mas, no mesmo período os subsídios para as associações desportivas tiveram uma redução de 19,1%.

Relativamente aos agentes culturais e recreativos a redução começou em 2012, em que o corte foi de 21,6% em relação ao ano anterior. Daí para cá, o crescimento é praticamente nulo.

O "Desporto para Todos" que foi lema e prática do período em que a CDU dirigiu o pelouro do Desporto, reduz-se hoje às "Corridas das Localidades", que tiveram uma dotação de 16.500 euros em 2013, tendo baixado em 2014 para 13.900 euros e em 2016 para 13.450 euros...



Pouco ou nada ficou de incentivo ao Desporto Escolar e ao diálogo entre as escolas e as coletividades; terminaram-se com as "Marchas Populares" no Concelho; não se realizam Encontros Concelhios de Bandas de Música, nem Encontros Concelhios de Coros, sendo rico o potencial do Município nestes domínios; não se tem promovido, nem apoiado, nenhum festival local de Folclore e mesmo os apoios do Município aos grupos folclóricos para deslocações ao exterior não têm existido.

Em 2014, depois de se ter promovido um inquérito às coletividades desportivas, cujos resultados são bem expressivos do muito que elas fazem para a promoção da coesão social das nossas populações – 12.000 praticantes integrados em 66 coletividades, 560 técnicos de desporto, 650 dirigentes – foi aprovado em novo Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo.

Para se ter uma ideia do "efeito" deste novo Regulamento deve ser suficiente dizer que em 2014 – ainda com o anterior – a verba distribuída foi de 909.175 euros e em 2016 – já com o novo Regulamento – a verba foi de 989.130 euros.

Tendo em conta o conhecimento que obtivemos do contato com a maioria das coletividades, as enormes diferenciações existentes entre elas e as muitas considerações subjetivas que continuam expressas neste novo Regulamento, o voto da CDU só podia ser contra o mesmo.

Para a Cultura e o Recreio, continuando a privilegiar o que se encomenda fora e passando ao lado do muito que se pode fazer com o que existe no Concelho, ainda nem sequer foi possível elaborar um Regulamento de Apoio, continuando os apoios e os subsídios a serem atribuídos de forma casuística.

(Continua na pág. Seguinte)



A gestão do município, neste mandato deixou de se guiar pelo objetivo central da gestão pública – melhor servir a população ao mais baixo custo – para ter enveredado pelos princípios básicos da gestão privada – garantir os maiores saldos e lucros possíveis.

O saldo de gerência do município que transitou para 2016 foi de 37,8 milhões de euros, e para 2017 de 50,1 milhões.

Significa isto que, havendo muitas coisas onde investir para melhorar a vida das nossas comunidades, a maioria na Câmara decidiu antes, não aplicar o dinheiro, entesourando, acumulando mais saldo. E, isto foi feito para quê? Fundamentalmente, para garantir financiamento ao projeto megalómano do tal edifício de 15 pisos da nova Câmara Municipal, que nós consideramos uma desnecessidade...

Nos Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento (SIMAS), pratica-se a mesma regra de se conseguirem sempre lucros a favor das Câmaras, e a desfavor dos consumidores. Basta dizer que, em 2016, o que se pagou pelo efetivo consumo de água foi apenas 31,4% do valor das faturas, sendo o resto para o avolumar das alcavalas com que se constrói o lucro dos SIMAS. O qual, no ano passado, foi de 9,72 milhões de euros.



O próprio relatório dos SIMAS de 2016, reconhece que estão a "remunerar muito bem (e, francamente acima da média) os seus acionistas", isto é, as Câmaras de Oeiras e da Amadora.

E, como sempre, quem paga são os munícipes e os consumidores do concelho.

Sendo caro viver em Oeiras, é escandaloso que seja a própria Câmara Municipal uma das entidades que, ativamente, se aplica nesse encarecimento...



RESOLUÇÃO DA PESADA HERANÇA DO ISALTINO

No início deste mandato encontrámo-nos perante um quadro pesado de graves problemas para resolver provenientes da gestão danosa efetuada pela Câmara anterior, da presidência de Isaltino Morais.



As Parcerias Público-privadas (**PPP**) tinham dado para o torto e necessitavam de solução; o **SATU-O** acumulava prejuízos e devia ser fechado; o laboratório **LEMO** apenas servia para pagar a apaniguados; a **HABITÁGUA**, que a Câmara tinha comprado a 100%, não se conseguia aguentar sem grandes injeções de dinheiro; a **TRATOLIXO** estava numa situação de falência, com uma colossal dívida resultante de investimentos mal feitos. E tudo isto acarretava mais de duas centenas de milhões de euros em jogo.

Foi constituído um Grupo de Trabalho com representantes dos vários grupos políticos com representação na Câmara, para analisar e propor soluções para as diferentes situações. O representante da CDU neste grupo foi o anterior vereador Amílcar Campos.

De toda a atuação do município neste mandato, o encaminhamento e a resolução da maioria destes problemas será, decerto, a parte mais positiva.

Quanto às **PPP**, e pese embora o facto de haver constituído uma firma em Moçambique com o empresário com quem havia litígio em tribunal pela paragem dos trabalhos em Oeiras, foi conseguido, por meio de um estranho "acordo judicial" obter solução para a das escolas do Alto de Algés, de Porto Salvo e para os Centros Geriátricos de Laveiras e Porto Salvo, tendo a Câmara suportado o pagamento de mais de 42 milhões de euros aos privados e concessionando, também a privados, e por muito pouco, a gestão dos Centros Geriátricos.

Ainda está por resolver a outra PPP do Centro de Congressos de Paço de Arcos e do centro de Formação da Outurela, havendo provisão de 10,5 milhões de euros a pagar pela Câmara apenas para ficar com as degradadas obras paradas desde 2011...

O **SATU-O**, com erros de conceção (basta dizer que as suas carruagens foram feitas para 108 lugares dos quais apenas 8 eram sentados), e de entrada em funcionamento quando apenas tinha uma pequena parte construída, foi acumulando prejuízos, que ultrapassaram os 30 milhões de euros.

Perante esta situação e perante a inoperância da Câmara, foi a sociedade encerrada por despacho da Ministra das Finanças.

Diz a Câmara que foi o parceiro privado (a Teixeira Duarte) que suportou os prejuízos. Embora não seja fácil de acreditar, também não é verdade pois o capital com que a Câmara entrou inicialmente (mais de um milhão de euros, e que está completamente perdido) e o que custou a construção de toda a estrutura de suporte dos carris e das estações (cerca de quatro milhões de euros), também foram suportados pelo município.

Toda a manutenção e conservação atual das instalações e do equipamento, da ordem dos 100 000 euros ano estão a ser suportados por nós.

O laboratório **LEMO**, que, já falido, foram "comprados" os 20% de Cascais por um euro, tendo assim a Câmara de Oeiras assumido todo o prejuízo, foi encerrado em 2016.

Desconhecendo-se quanto custou ao nosso município esta estranha solução de laboratório de ensaios mecânicos de terrenos e de fiscalização de obras ao longo da sua existência (de 2003 a 2016), podemos dizer que, no seu encerramento, o prejuízo foi superior a dois milhões de euros.

A **HABITÁGUA**, também comprada a 100% pelo município de Oeiras e que funcionava como subcontratada dos SIMAS, foi-se revelando incapaz de competir com empresas exteriores que executavam as mesmas funções. A solução adotada radicou na integração das suas tarefas e dos trabalhadores que o pretendessem nos Serviços Municipalizados, acabando com a empresa.

Não se conhecendo, em pormenor quanto se gastou em todo este processo, sabe-se que se perdeu o dinheiro da compra da sociedade, as avultadas verbas que a Câmara teve que transferir para a ir aguentando e mais o que custa o encerramento e o pagamento de responsabilidades e indemnizações diversas. Foram mais uns milhões de euros que "desapareceram".

Na **TRATOLIXO**, as administrações anteriores deixaram esta empresa intermunicipal que se ocupa do tratamento dos lixos, numa situação calamitosa. Embora se tenha começado a procurar resolver o assunto anteriormente, só neste mandato foi possível, com nova administração, encontrar uma solução que vá, gradualmente, minimizando o sério problema que é a TRATOLIXO.

Tendo uma dívida de 147 milhões de euros, foi negociado com o sindicato bancário novas

condições de pagamento, mas, mesmo assim, o nosso município tem que pagar à empresa 58,58 euros por cada tonelada de lixo depositada, enquanto os que estão integrados na VALORSUL pagam na ordem dos 20 euros.

Obras do Centro de Congressos, em Paço de Arcos, paradas desde 2011



O objectivo nunca foi escondido por Isaltino Morais. A ideia, lançada em 2007, consistia em criar parcerias com construtores civis, à imagem do que estava a ser feito noutras autarquias, para efectuar grandes obras públicas, sem que os seus custos contassem para a contabilização do endividamento camarário - cujo tecto, fixado por lei, não pode ser ultrapassado.

Em causa estava a construção de duas escolas do ensino básico (Porto Salvo e Alto de Algés), dois centros geriátricos (São Julião da Barra e Laveiras), um centro de congressos (Quinta da Fonte) e um centro de formação profissional (Outurela). O processo correu mal, as empresas constituídas no âmbito das duas parcerias (OeirasExpo e Oeiras Primus), com 49% do capital nas mãos do município e 51% controlado por privados, ficaram paralisadas por dívidas e dificuldade de financiamento, e o centro de congressos, tal como o centro de formação, não passou da estrutura de betão.

Extrato de artigo do "Público" de 5 de Dezembro de 2005

Em todos estes procedimentos, a CDU tem procurado a redução de encargos para o município, a garantia da qualidade dos serviços e a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores envolvidos nestas situações.